



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[f/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 6022 – 29 de março de 2019

Vítimas do pente-fino: governo cortou 471 mil aposentadorias

Está provado que o golpe parlamentar-midiático de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, foi contra a classe trabalhadora que amarga as consequências da reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB), que gerou o desemprego, a falta de expectativas, o chamado pente-fino nas aposentadorias por invalidez e que acabou com mais de 100 itens da CLT.

Entre setembro de 2016 e dezembro de 2018, período que engloba o governo do ilegítimo Temer e a transição para o governo Jair Bolsonaro (PSL), exatos 28 meses, o governo já cancelou 470.828 aposentadorias por invalidez, concedidas em caráter permanente a trabalhadores e trabalhadoras assalariados e pessoas de baixa renda, revela reportagem de Juca Guimarães, do Brasil de Fato.

A operação de convocação, reavaliação pericial e corte dos pagamentos é chamada de “pente-fino”, e os médicos peritos do INSS recebem R\$ 60, como bônus, por exame feito.

As “vítimas do pente-fino” criaram um grupo para se comunicar pelo aplicativo WhatsApp, mas se desestimularam e abriram mão da ideia em fevereiro de 2019, após verificarem o alto índice de suicídios entre os membros do grupo.

Das aposentadorias por invalidez canceladas, 65,7% (309 mil) foram de benefícios concedidos a trabalhadores que estavam no regime de CLT quando foi comprovada a invalidez. Outros 144 mil, ou 30,7% do total, foram aposentadorias por invalidez vinculadas à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), concedidas a pessoas com deficiência permanente e cuja renda per capita familiar é inferior a um quarto do salário mínimo.

Outras 16.635 aposentadorias por invalidez cortadas nos últimos 28 meses foram do programa de Renda Mensal Vitalícia, que era concedido até 1996 para pessoas de baixa renda e com deficiência incapacitante para o trabalho. Nesse caso, parte dos benefícios pode ter sido cancelada porque o segurado faleceu.

Santander: Bancário PCD sofre avalanche de abusos

Um ex-bancário do Santander foi acometido de um ambiente de trabalho opressor e adoecedor ao qual muitos dos empregados do banco espanhol e de outras instituições financeiras encaram diariamente. Paulo (nome fictício) vive com deficiência e foi contratado em 2010. Com apenas um braço, ele conta que os desrespeitos surgiram logo no início da contratação, quando identificou que seu salário não correspondia ao do cargo para o qual foi contratado.

Ao longo dos anos, foi transferido de área três vezes e enfrentou diversos casos de assédio moral e humilhações. Por conta dos desrespeitos e discriminação, foi diagnosticado com síndrome do pânico. Mesmo assim não se afastou por medo de ser dispensado.

Por duas vezes teve redução de nota sem receber nenhum feedback. “Me vi perseguido e injustiçado, o que acarretou na piora do meu tratamento. Tive que me afastar por mais de 30 dias, caindo no auxílio-doença”, conta Paulo. Devido ao esforço e as metas impostas sem levar em consideração as limitações causadas pela deficiência, Paulo desenvolveu também bursite (inflamação na articulação), o que o obrigou a se afastar pela segunda vez. Por fim, acabou demitido em março de 2019.

As doenças que o trabalhador desenvolveu são resultado do assédio moral, discriminação e falta de estrutura do banco com trabalhadores que adoeceram ou que têm deficiência. Ele sendo PCD [Pessoa com Deficiência] deveria contar com condições específicas de trabalho que o banco não disponibilizou, o que fere não só a Convenção Coletiva de Trabalho, como a legislação vigente.

Caixa apresenta balanço e credita PLR hoje

A Caixa Econômica Federal divulgou hoje, 29/03, o lucro líquido contábil de R\$ 10,355 bilhões em 2018, uma queda de 17,1% frente ao ano anterior.

Em 2017, o lucro da Caixa foi de R\$ 12,5 bilhões, 202,6% superior ao registrado em 2016. Segundo o banco, foi o maior da história da instituição financeira.

O lucro líquido recorrente (que desconsidera efeitos extraordinários) totalizou R\$ 12,7 bilhões, alta de 40% em 12 meses, um recorde segundo o banco.

Hoje, será creditada a segunda parcela da Participação de Lucros e Resultados (PLR), conforme as regras definidas no aditivo de PLR do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente (2018/2019).